SERVIÇOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 40.689.972/0001-50, oriunda do Pregão Eletrônico nº. 049/TJPA/2021, conforme solicitado pela empresa e de acordo com a instrução realizada nos autos do PA-PRO-2021/02104 // Belém, 21 de dezembro de 2021 // DEBORA MORAES GOMES – Secretária de Administração do TJ/PA.

Protocolo: 744414

LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a reorganização, ampliação e funcionamento do Poder do Legislativo do Estado do Pará, revoga as Resoluções nºs. 01, de 22 de junho de 1993 e 01, de 23 de dezembro de 2002.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, estatui e sua Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará possui, como norteadores de suas ações, os seguintes objetivos:

I - manter cursos de educação básica, profissional e tecnológica, compreendendo todos os níveis e formas legalmente admitidos, assim como cursos superiores de graduação e pós-graduação, com possibilidade de oferta presencial e à distância, sempre com vistas ao atendimento das demandas de formação oriundas do Poder Legislativo do Estado do Pará, bem como de seus municípios, abrangendo parlamentares e servidores dos respectivos órgãos legislativos, admitida a participação de demais interessados;

II - oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa doutrinária e política às atividades do Poder Legislativo em geral;

III - realizar estudos, quando a ela solicitados, para constituir um conjunto de informações tendentes a subsidiar a elaboração de projetos de lei e demais proposições legislativas;

IV - oferecer aos parlamentares e servidores do Poder Legislativo do Estado do Pará, bem como de seus municípios, conhecimentos básicos para o exercício das respectivas funções junto aos órgãos legislativos em que atuam;

V - promover seminários e ciclos de palestras sobre temas atuais da realidade político-brasileira, sobretudo das atividades típicas e atípicas do Poder Legislativo;

VI - fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas ao Poder Legislativo, em convênio com outras instituições de ensino;

VII - realizar cursos oferecidos preferencialmente aos servidores, com a possibilidade de complementarem seus estudos em todos os níveis de escolaridade;

VIII - celebrar convênios e parcerias com outros órgãos públicos, incluindo Prefeituras, Secretarias de Estado, Tribunais de Contas, instituições de ensino e entidades de fomento ao ensino, à pesquisa e à extensão, com o objetivo de ampliar sua oferta de cursos, incluindo aqueles destinados à cessão de professores e servidores.

Parágrafo único. Respeitados os requisitos de ingresso definidos em lei, os cursos ofertados pela Escola do Legislativo do Estado do Pará serão abertos aos parlamentares e servidores dos órgãos legislativos do Estado do Pará, e demais interessados, atendidos os critérios estabelecidos nos respectivos editais de seleção.

Art. 2º A organização técnica, pedagógica e administrativa da Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará abrange:

I - Conselho Deliberativo;

II - Presidência do Conselho Deliberativo;

III - Diretoria Geral;

IV - Coordenadoria Administrativa;

V - Coordenadoria Pedagógica;

VI - Coordenadoria de Ensino à Distância;

VII - Secretaria Escolar.

Art. 3º As diretrizes de atuação da Escola do Poder Legislativo, o planejamento dos cursos a serem ofertados, assim como suas atividades gerais serão fixadas pelo Conselho Deliberativo, que apresentará a seguinte composição:

I - Presidente do Conselho Deliberativo;

II - Diretor Geral;

III - Coordenador Geral;

IV - Coordenador Administrativo;

V - Coordenador Pedagógico;

VI - Coordenador de Ensino à Distância;

VII - 07 (sete) docentes da Instituição, indicados pela Direção.

Art. 4º O Presidente do Conselho Deliberativo será o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), a quem compete:

I - representar a escola junto às entidades externas;

II - requisitar os recursos necessários ao funcionamento da escola;

III - celebrar convênios e parcerias de interesse da escola;

IV - cumprir e fazer cumprir o regimento da escola;

V - submeter, para aprovação do Conselho Deliberativo e da Mesa Diretora da ALEPA, as propostas de alteração do Regimento Interno da Escola;

VI - assumir todas as demais atribuições de gestão administrativa da escola.

Art. 5º As indicações do Diretor Geral, dos Coordenadores e do Secretário Escolar serão promovidas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, sendo de sua livre

nomeação e exoneração, dentre pessoas de renomado saber, com formação superior, residentes em Belém/PA, atendidos os requisitos de cada área.

Art. 6º Compete ao Diretor Geral:

I - executar as ações e diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo da Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará (ALEPA);

II - dirigir as atividades da escola e tomar todas as providências necessárias ao seu regular funcionamento;

III - elaborar o relatório anual de atividades a ser submetido à Presidência do Conselho Deliberativo e, posteriormente, ao Conselho Deliberativo da Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará (ALEPA);

IV - planejar e controlar os gastos de acordo com a previsão orçamentária da escola;

V - assinar, conjuntamente com o Diretor, certificados e diplomas;

VI - selecionar e recrutar, nos limites aprovados pelo Presidente do Conselho Deliberativo, professores, conferencistas e servidores para atuação no âmbito da escola;

VII - aplicar, no âmbito da escola, medidas disciplinares decididas pelo Conselho Deliberativo, de conformidade com o regimento da escola;

VIII - exercer todas as funções pedagógicas inerentes ao funcionamento da escola;

IX - elaborar ou supervisionar a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pela escola;

X - executar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

XI - coordenar a Comissão Própria de Autoavaliação Institucional (CPA).

Art. 7º Compete aos Coordenadores:

I - planejar os cursos e programas a serem oferecidos no semestre, observadas as deliberações superiores;

II - coordenar, acompanhar e avaliar, em conjunto com o Diretor Geral da Escola, o desenvolvimento dos cursos e dos programas e desempenho dos professores;

III - exercer todas as funções inerentes ao regular funcionamento da respectiva área de atuação;

IV - executar outras atividades que lhes forem delegadas pelo Diretor Geral.

Art. 8º Compete à Secretaria Escolar:

I - realizar atividades específicas do ambiente escolar, tais como:

a) matrícula de alunos;

b) censo do ensino superior;

c) expedição de certificados, diplomas, históricos e outros documentos da vida escolar, bem como orientar e contribuir para a formação educacional dos estudantes.

II - elaborar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar atividades do pessoal, material, patrimônio, cálculos aritméticos/estatísticos, classificação, codificação, catalogação e arquivo de documentos e relatórios de movimento e rendimento;

III - desempenhar outras atribuições de acordo com a natureza do trabalho, relativas às suas competências.

Art. 9º Deverá o Presidente do Conselho Deliberativo apresentar ao Conselho Deliberativo e, posteriormente, à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), a proposta de alteração do Regimento Interno da Escola, com o objetivo de ajustá-lo aos termos desta Resolução, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados de sua aprovação.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias e financeiras do Poder Legislativo.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Resoluções nºs. 01, de 22 de junho de 1993 e 01, de 23 de dezembro de 2002.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO CABANAGEM, PLENÁRIO NEWTON MIRANDA, MESA DIRETORA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

DEPUTADO FRANCISCO MELO (CHICÃO)

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará

DEPUTADA PROFESSORA NILSE PINHEIRO DEPUTADA DILVANDA FARO

1ª Secretária

2ª Secretária

Protocolo: 744672

REGIMENTO ACADÊMICO

TÍTULO I – DA ESCOLA DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARÁ (ELEPA)

Art. 1º A Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará (ELEPA), com limite territorial de atuação no Estado do Pará, é uma Instituição Pública de Ensino Superior mantida pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), criada pela Resolução nº 01, de 22 de junho de 1993, alterada pela Resolução nº 01, de 23 de dezembro de 2002 e reorganizada e ampliada pela Resolução nº 04, de 07 de dezembro de 2021, sendo integrante do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Pará.

Parágrafo único. O presente Instrumento visa, em conjunto com os demais dispositivos legais e normativos em vigor, respeitada a autonomia didático científica inerente ao ensino superior, regulamentar e disciplinar a ELEPA, relativamente aos âmbitos didático, pedagógico, acadêmico, científico, comunitário e disciplinar.

TÍTULO II – DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E EXECUTIVOS

Capítulo I – Dos Objetivos Institucionais

Art. 2º A Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará possui, como norteadores de suas ações, os seguintes objetivos:

I - manter cursos de Educação Básica, Profissional e Tecnológica, compreendendo todos os níveis e formas legalmente admitidos, assim como cursos Superiores de Graduação e Pós-graduação, com possibilidade de oferta presencial e à distância, sempre com vistas ao atendimento das demandas de formação oriundas do Poder Legislativo do Estado do Pará, bem como de seus municípios, abrangendo parlamentares e servidores dos respectivos órgãos legislativos, admitida a participação de demais interessados;

II - oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa doutrinária e política às atividades do Poder Legislativo em geral;

III - realizar estudos, quando a ela solicitados, para constituir um conjunto